

EIXO - CEARÁ SAUDÁVEL

O Ceará Saudável contempla as políticas governamentais que enfatizam os pressupostos da cidadania, garantia de direitos, promoção da saúde, fortalecimento das ações comunitárias, criação de ambientes favoráveis, desenvolvimento de habilidades pessoais e mudança de estilos de vida.

Voltados a este propósito, as ações do governo organizam-se em três temas estratégicos: **Saúde, Esporte e Lazer** e **Saneamento Básico**, cujas principais realizações encontram-se elencadas a seguir.

TEMA - SANEAMENTO BÁSICO

A política de Saneamento visa a universalização dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Ceará, manejo de resíduos sólidos e água pluviais, compreendendo o apoio ao planejamento das ações municipais de saneamento, à implantação, à ampliação e à melhoria dos sistemas de abastecimento d'água e esgotamento sanitário, o apoio à implantação da gestão integrada de resíduos sólidos urbanos, à drenagem urbana e o controle de vetores.

Por oportuno, ressalta-se a relação desta política pública com a de saúde, que repercute na melhoria da qualidade de vida da população e no processo de desenvolvimento social. Isto se deve ao alcance das ações do tema do saneamento básico, indicando a sua transversalidade e seu potencial como ferramenta capaz de contribuir para a melhoria das condições de saúde e a inclusão social da população, assim como a mitigação dos impactos ambientais provocados pela ação do homem.

Os resíduos sólidos são abordados no Eixo Ceará Sustentável, de forma específica, relacionado ao tema Meio Ambiente.

Vale ainda ressaltar que, no marco regulatório nacional de Saneamento Básico, que possui como referência a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, têm-se como destaques:

- A adoção de um conceito amplo de Saneamento Básico;

- A priorização do acesso aos serviços de saneamento básico à população de baixa renda;
- A afirmação do papel essencial do Estado e da natureza universal do serviço público de Saneamento fornecido com equidade;
- A afirmação dos conceitos de regulação, planejamento e avaliação dos serviços;
- A formulação de regras claras para a delegação dos serviços, dentre as quais a necessidade de plano municipal e de consulta pública;
- O reconhecimento do controle social como um dos instrumentos da gestão dos serviços.

Em junho de 2016 foi publicada a Lei Complementar nº 162, que instituiu a Política Estadual de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Estado. Além de convergir com os preceitos instituídos pelo marco regulatório nacional, esta lei traz diretrizes que respeitam as condições particulares do Estado, especialmente no tocante ao saneamento rural. Aborda, ainda, diversos instrumentos que devem contribuir com a melhoria da gestão pública e a busca pela universalização.

Entre as inovações acrescidas pela referida lei, cita-se a definição da Secretaria das Cidades (SCidades) como coordenadora das políticas públicas de saneamento, com participação das Secretarias de Desenvolvimento Agrário (SDA) e de Recursos Hídricos (SRH), no âmbito do saneamento rural.

Há também o trabalho de melhoria das condições socioambientais por meio da execução de projetos estratégicos de estruturação urbana para recuperação de áreas degradadas. Incluem ações de saneamento básico em áreas cujo meio ambiente e, de modo especial, mananciais e leitos de recursos hídricos têm sido agredidos e poluídos de forma recorrente pela ação do homem. Este fato repercute de forma negativa para a sociedade com o surgimento ou agravamento de doenças, provocando danos à qualidade de vida da população.

Uma vez que o uso racional da água é vital à preservação do meio ambiente e da espécie humana, na perspectiva do saneamento básico a Secretaria das Cidades e Cagece promovem ações socioambientais de educação e saúde, bem como trabalho social com ações nos temas mobilização e organização comunitária, desenvolvimento socioeconômico e educação sanitária e ambiental.

O trabalho realizado junto às comunidades beneficiadas pelos projetos de melhoria urbana e ambiental e de saneamento básico, intenciona educar para a cidadania, bem como elevar o nível de consciência das pessoas acerca da importância do uso e da preservação racional desses recursos.

O resultado esperado neste Tema Estratégico é o saneamento básico expandido e garantido com qualidade, dando cumprimento à Política Estadual. O desempenho dos indicadores que medem o alcance do referido resultado pode ser observado na tabela abaixo.

Indicadores Temáticos - 2014-2017

Indicador	Unidade	2014	2015	2016		2017	
				Prog.	Real.	Prog.	Real.
Percentual de Municípios com Plano Municipal de Saneamento Básico elaborado	%	20,11	28,81	29,18	29,35	32,07	31,52
População rural atendida com abastecimento de água	%	...	...	51,50	42,60	52,00	52,60
População rural atendida com esgotamento sanitário	%	...	...	22,50	27,23	23,06	27,23
População urbana coberta por Sistema de Abastecimento de Água (SAA) tratada	%	91,63	94,06	94,76	92,05	92,05	92,11
População urbana coberta com Sistema de Esgotamento Sanitário	%	36,16	37,10	40,38	38,24	39,20	39,53

Fonte: SCIDADES. Dados parciais de 2017.

Análise sobre o desempenho dos indicadores:

O indicador “**Percentual de Municípios com Plano Municipal de Saneamento Básico Elaborado**” refere-se aos municípios do Estado do Ceará com Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) elaborados.

A Lei nº 11.445/2007 e a Lei Complementar nº 162/2016 estabelecem a obrigatoriedade de elaboração desses instrumentos. O prazo para que todos os municípios estejam regularizados é dezembro de 2017.

O objetivo dos PMSBs é estabelecer o planejamento para a implantação gradual de serviços de saneamento básico, que incluem abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas.

As fontes de informação são a Secretaria das Cidades (SCidades) por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan), Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce), Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece), Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) e Prefeituras Municipais e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

No Estado do Ceará, a Secretaria das Cidades (SCidades) e a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) atuam no papel de intervenientes na elaboração dos planos municipais de saneamento básico, fornecendo as orientações técnicas necessárias.

A Secretaria das Cidades objetiva apoiar a elaboração de 14 (catorze) PMSBs para os municípios de Aracati, Cariré, Coreaú, Forquilha, Icapuí, Irauçuba, Jaguaribama, Jaguaribe, Jaguaruana, Massapê, Quixeré, Russas, Santana do Acaraú e Tabuleiro do Norte. Também será apoiada a revisão dos PMSBs de Morada Nova e Sobral. O apoio financeiro é proveniente do Projeto de Desenvolvimento Urbano de Polos Regionais - Vale do Acaraú e Vale do Jaguaribe.

A Cagece apoia os municípios de Baturité, Capistrano, Guaiuba, Itaitinga, Itapipoca, Maracanaú, Martinópolis, Orós, Pacajús, Pacoti, Parambu, Pentecoste, Quixadá, Redenção e Ubajara.

O valor do indicador, em dados parciais de 2017, registra que 31,52% dos municípios do Estado elaboraram seus planos municipais de saneamento básico (ver tabela indicadores temáticos). Essa evolução em 2017 é atribuída a conclusão dos PMSBs de

Aquiraz e Tianguá, apoiados pela Cagece.

A diferença entre o valor programado de 32,07% deve-se a não contabilização do PMSB de Quixeramobim, programado para este ano, e que se encontra em finalização.

No período 2014-2017, foram elaborados 19 PMSBs, dos quais 14 com o apoio do Estado do Ceará.

As principais dificuldades desse período relacionadas a elaboração dos PMSBs estiveram associadas às mudanças de gestões municipais, em 2016, e ao período eleitoral de 2015, que prejudicou o andamento dos serviços; a rescisão de contrato entre a Secretaria das Cidades e a consultoria que atuava na elaboração dos planos; e a escassez de recursos do Governo Federal para financiar os PMSBs.

Outras causas do nível de desempenho do indicador, que apresentou incremento de 11,41 pontos percentuais no período 2014-2017, são atribuídas à dificuldade de acesso às informações primárias de saneamento básico, bem como a escassez de profissionais capacitados nas prefeituras municipais para atuar na elaboração dos planos.

O indicador “**População rural atendida com abastecimento de água**” refere-se ao percentual da população rural do Estado atendida por soluções individuais ou coletivas para o abastecimento de água.

No Ceará, a política de saneamento rural é coordenada pela Secretaria das Cidades (SCidades), por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan), conjuntamente com a Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) e a Secretaria de Recursos Hídricos (SRH).

Os sistemas de abastecimento de água no Ceará são mantidos pelos prestadores do serviço de saneamento, notadamente Prefeituras Municipais, Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAEs), Associações Comunitárias e o Sistema Integrado de Saneamento Rural (SISAR), sendo os dois últimos os principais prestadores de serviço da zona rural.

O percentual da população rural atendida com abastecimento de água de 52,60%, em torno de 1.087.591 habitantes com soluções individuais ou coletivas, em dados parciais de 2017, foi superior ao programado de 52,00% (ver tabela indicadores temáticos).

Esse desempenho pode ser atribuído aos programas de investimento em saneamento rural desenvolvidos pelo Estado, a exemplo do Ceará II e Ceará III, Água para Todos e Projeto São José, além da iniciativa do SISAR, os quais incluem, além de sistemas de abastecimento de água, a construção de cisternas e a perfuração de poços, utilizados pela população através de chafarizes.

Com vistas a aumentar a confiabilidade dos dados, o Governo do Estado do Ceará aderiu, em 2016, ao Sistema de Informação em Água e Saneamento Rural - SIASAR, tornando-se o primeiro Estado a utilizar esse sistema no Brasil. Em 2017, deu-se prosseguimento ao seu processo de implementação, inclusive captando recursos para torná-lo mais preciso e próximo à realidade do Estado.

À medida que os municípios aderirem à implantação do SIASAR, a gestão de saneamento passará a contar com uma ferramenta eficaz para subsidiar a elaboração de diagnósticos essenciais ao planejamento e a priorização de ações do setor, contribuindo para a efetividade dos investimentos realizados.

O Estado do Ceará vem preparando o Programa Águas do Sertão com apoio da cooperação financeira bilateral entre o Estado do Ceará e Alemanha, por meio do Banco

Alemão de Desenvolvimento (KfW).

No escopo do programa, está previsto incrementar o acesso da população rural ao abastecimento de água através da reabilitação, ampliação e/ou implantação de sistemas de abastecimento de água em pequenas localidades rurais e áreas periurbanas; promover o uso racional dos recursos hídricos com medidas para detectar perdas físicas nos sistemas de abastecimento (adoção de macromedição e micromedição) e reduzir perdas (troca de tubulações, reparos); promover o esgotamento sanitário através da reabilitação, expansão e/ou construção de infraestruturas individuais ou coletivas; promover o uso de energias renováveis; e fortalecer as estruturas de gestão comunitárias e associativas.

Outra ação que merece destaque é o Projeto de Integração do São Francisco, que prevê implementar sistemas de abastecimento de água para atender 64 comunidades rurais da região do Cariri. As obras são condicionantes da licença ambiental da Transposição do São Francisco e visam contribuir para a melhoria das condições de vida dessas comunidades.

O indicador “**População rural atendida com esgotamento sanitário**” refere-se ao percentual da população rural do Estado beneficiada com soluções individuais ou coletivas de esgotamento sanitário para o tratamento de águas residuais.

As ações em esgotamento sanitário no Estado são caracterizadas principalmente por soluções individuais, tais como conjuntos de fossas e sumidouros, sendo a manutenção de responsabilidade do cidadão.

A política de saneamento rural no Ceará é coordenada pela Secretaria das Cidades, por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan), conjuntamente com a Secretaria do Desenvolvimento Agrário (SDA) e a Secretaria de Recursos Hídricos (SRH).

O Estado do Ceará, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Agrário (SDA) e da Secretaria das Cidades (SCidades) executa projetos de construção de módulos para a destinação adequada de efluentes residuais, destacando-se os programas de investimento Ceará II e Ceará III, bem como o Projeto São José, que incluem a construção de fossas sanitárias e seus complementares.

O percentual da população rural atendida com esgotamento sanitário de 27,23%, em torno de 563.020 habitantes com soluções individuais ou coletivas de esgotamento sanitário, em dados parciais de 2017, foi superior ao programado, de 23,06% (ver tabela indicadores temáticos).

No sentido de melhorar o desempenho desse indicador, o Estado do Ceará por meio da Secretaria das Cidades (SCidades) vem preparando o Programa Águas do Sertão, cujo escopo, em relação a esgotamento sanitário, inclui promover ações de esgotamento sanitário por meio da reabilitação, expansão e/ou construção de infraestruturas individuais ou coletivas.

Além disso, é importante ressaltar o valor das campanhas educativas e das ações de educação sanitária e ambiental, as quais contribuem para elevar o nível de consciência da população quanto a importância da destinação adequada dos efluentes residuais.

O indicador “**População urbana coberta com Sistema de Abastecimento de Água (SAA) tratada**” refere-se ao percentual da população urbana coberta com rede de distribuição de água no Estado do Ceará.

A política de saneamento urbano é coordenada pela Secretaria das Cidades (SCidades) por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan), de acordo com a Lei Complementar nº 162/2016.

Os municípios podem atribuir a regulação dos serviços de saneamento à Agência Reguladora de Serviços Delegados do Estado do Ceará (Arce). No caso dos municípios operados pela Cagece, a Lei nº 14.394/2009 define a Agência como regulador até que o poder público municipal delibere em contrário. No município de Fortaleza, essa atividade é realizada por meio da Autarquia de Regulação e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental (ACFOR).

Em referência ao abastecimento de água, em 2017, os serviços de saneamento em áreas urbanas do Estado foram ofertados por meio da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), em 152 municípios; dos Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAEs), em 27 municípios; e das Prefeituras Municipais, em 8 municípios.

Em dados parciais de 2017, o percentual da população urbana coberta com abastecimento de água é de 92,11%, superior ao programado de 92,05%, e beneficiou aproximadamente 6.404.065 habitantes do Estado. Esse desempenho considera principalmente os investimentos da Cagece para o setor.

Analisando somente os municípios atendidos pela Companhia em 2017, o percentual da população coberta com abastecimento de água, registrado em outubro, é de 98,25%, e beneficiou aproximadamente 5.661.158 habitantes, em 310 localidades.

Um dos problemas no acompanhamento do indicador, causado pelos municípios não operados pela Cagece, é a falta de repasse das informações de cobertura com rede de distribuição de água. Como alternativa, a Secretaria das Cidades utiliza as informações do Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS).

No período 2014-2017, houve incremento de 0,48% do indicador de cobertura com SAA no Estado, que evoluiu de 91,63% para 92,11%.

A Cagece registra, nesse mesmo período, um crescimento de 0,18% do indicador de cobertura de água, evoluindo de 98,07% para 98,25%.

Destaque-se no período 2014-2017, a implantação e ampliação de sistemas de

abastecimento de água como a obra do Sistema Adutor do Complexo Integrado Jaburu – Ibiapaba; a construção da adutora de água bruta de Cascavel; a construção da adutora de água bruta de Capistrano; e a conclusão da adutora de água tratada para atender o polo farmacológico de saúde, no município de Eusébio - Região 3.

Vale registrar que o Estado vem desenvolvendo iniciativas de implantação e a ampliação de sistemas de abastecimento de água por meio de 35 projetos em 18 municípios.

Além disso, a Cagece vem realizando estudos para analisar parcerias públicas de investimento, tendo em vista os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas regiões metropolitanas de Fortaleza e do Cariri. Esses estudos poderão indicar concessão, subconcessão, parceria-público-privada (PPP), entre outros.

O indicador “**População urbana coberta com Sistema de Esgotamento Sanitário**” refere-se ao percentual da população urbana coberta com rede coletora de esgoto no Estado do Ceará.

A política de saneamento urbano é coordenada pela Secretaria das Cidades (SCidades) por meio da Coordenadoria de Saneamento (Cosan), de acordo com a Lei Complementar nº 162/2016.

Os municípios podem atribuir a regulação dos serviços de saneamento à Agência Reguladora de Serviços Delegados do Estado do Ceará (Arce). No caso dos municípios operados pela Cagece, a Lei nº 14.394/2009 define a Agência como regulador até que o poder público municipal delibere em contrário. No município de Fortaleza, essa atividade é realizada por meio da Autarquia de Regulação e Controle dos Serviços Públicos de Saneamento Ambiental (ACFOR).

Em referência ao esgotamento sanitário, em 2017, os serviços de saneamento em áreas urbanas no Ceará foram ofertados por meio da Companhia de Água e Esgoto do Ceará (Cagece), em 74 municípios; das Prefeituras Municipais, em 8 municípios; e dos Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAEs), em 27 municípios.

Em dados parciais de 2017, o percentual da população urbana coberta com esgotamento sanitário é de 39,53%, superior ao valor programado de 39,20%, beneficiando aproximadamente 2.748.178 habitantes do Estado.

Analisando em 2017 somente os municípios atendidos pela Companhia, o percentual da população urbana coberta com esgotamento sanitário, registrado em outubro, é de 40,76%, e beneficiou aproximadamente 2.409.302 habitantes, em 87 localidades.

Um dos problemas no acompanhamento do indicador, causado pelos municípios não operados pela Cagece, é a falta de repasse das informações de cobertura com rede de distribuição de água. Como alternativa, a Secretaria das Cidades utiliza as informações do Sistema Nacional de Informações de Saneamento (SNIS).

No período 2014-2017, houve incremento de 3,37% do indicador de cobertura com SES no Estado, que evoluiu de 36,16% para 39,53%.

A Cagece registra, nesse mesmo período, um crescimento de 5,13% do indicador de cobertura de esgoto, evoluindo de 38,77% para 40,76%.

Destaque-se no período 2014-2017 a implantação e ampliação de SES do Programa de

Aceleração do Crescimento – PAC, em trechos correspondentes às bacias do Rio Siqueira, afluente do Rio Maranguapinho, na RMF; a implantação dos SES em Quixadá, Maranguape, Crateús e Aracati, do Programa Sanear II, no interior do Estado, executadas pela Cagece; a ampliação do SES de Maranguape; a ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário de Fortaleza – Sub-bacias SE-2 e SD-6; e a implantação de emissário de efluentes industriais do Setor I - Fase I - Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) - Região 3.

Vale ressaltar que o Estado vem desenvolvendo iniciativas de implantação e a ampliação de sistemas de esgotamento sanitário por meio de 34 projetos em 16 municípios.

Além disso, a Cagece vem realizando estudos para analisar parcerias públicas de investimento, tendo em vista os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário nas regiões metropolitanas de Fortaleza e do Cariri. Esses estudos poderão indicar concessão, subconcessão, parceria-público-privada (PPP), entre outros.

PROGRAMAS TEMÁTICOS DO SANEAMENTO BÁSICO:

Para que o Governo pudesse apresentar o desempenho observado nos indicadores relacionados acima, as ações finalísticas referentes a este tema estratégico foram desenvolvidas por meio dos programas **ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA** utilizando para tanto um volume de recursos orçamentários da ordem de **R\$ XX,XX milhões¹**.

43000000 - SECRETARIA DAS CIDADES

PROGRAMA 025 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA, ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DRENAGEM URBANA

O Programa tem como objetivo ampliar a cobertura da população urbana do Estado com acesso aos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e macrodrenagem, tendo como público-alvo a população do meio urbano.

Este programa possui as seguintes iniciativas prioritárias, cujo desempenho físico de seus produtos principais pode ser observado na tabela abaixo:

Iniciativas Prioritárias	Produto	Unidade de Medida	Programado 2017	Realizado 2017
025.1.03 - Ampliação do serviço de abastecimento de água.	Sistema de Abastecimento de Água ampliado	unidade	1	0
025.1.07 - Ampliação do serviço de esgotamento sanitário.	Sistema de Esgotamento Sanitário ampliado	unidade	5	1

Fonte: SCIDADES. Dados parciais de 2017.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES²:

Serviços de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário

- Implantação do sistema de abastecimento de água de Mineiro, no município de Jaguaribara (PAC2 / G3) - Região 14.
- Implantação de emissário de efluentes industriais do Setor I - Fase I - Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) - Região 3.
- Conclusão da adutora de água tratada para atender o polo farmacológico de saúde, no município de Eusébio - Região 3.
- Conclusão da obra de ampliação do sistema de esgotamento sanitário no Residencial José Lino da Silveira (2.816 unidades habitacionais), relacionado ao Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, no município de Caucaia - Região 3.
- Conclusão da adutora de água tratada no município de Aquiraz - Região 3.

Ações Socioambientais

- Beneficiadas, até novembro de 2017, um total de 193.276 pessoas por meio de 76.659 ações socioambientais, desenvolvidas pela Cagece em 37 municípios.

Destaques para o Pronunciamento do Governador:
Conclusão da adutora de água tratada para atender o polo farmacológico de saúde, no município de Eusébio - Região 3. Implantação de emissário de efluentes industriais do Setor I - Fase I - Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) - Região 3. Conclusão da adutora de Aquiraz - Região 3, que transportará água do macrosistema da estação de tratamento do Gavião para Aquiraz, parte do Plano de Segurança Hídrica da Região Metropolitana de Fortaleza. Em andamento, vale destacar a obra do Sistema Abastecimento de Água do Taquarão que deve beneficiar a zona oeste de Fortaleza e os municípios de Caucaia, Maranguape e Maracanaú.

² Informações importadas do Sima PPA (Monitoramento de Programa), período janeiro a setembro, para atualização/revisão, conforme o caso.